

CONTRIBUIÇÕES PARA O SEMINÁRIO RECONSTRÓI EBC

EIXO 2: CONTEÚDO E DIVERSIDADE

Este documento se propõe a compilar todas as propostas apresentadas para o eixo 2 do Seminário Reconstrói EBC

Este grupo propõe uma discussão sobre como garantir a representação e o protagonismo criador da diversidade étnica, de gênero, religiosa e geográfica, com especial atenção para os segmentos historicamente invisibilizados, nos conteúdos jornalísticos, educativos e artísticos exibidos nos veículos da EBC e da Rede de Comunicação Pública, sejam eles de produção própria ou externa.

Facilitadores: Samantha Ribeiro e Márcio Garoni

SUMÁRIO

Entidades/Grupos de Pesquisa/Movimentos Sociais

Organizações Negras.....	2
Grupo de Raros e PCDs da EBC.....	4
Comissão de Empregados da EBC.....	6
Federação Nacional dos Jornalistas.....	9

Pessoas Físicas

Evelin Maciel	11
Joan Ravir	14
Thereza Dantas	18
Cristiano Torres do Amaral.....	24
Elida Albuquerque, Giselly Glads e Pedro Cardoso.....	29
Samantha Ribeiro.....	33

Proposta das organizações negras para o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública

Fruto de intensos debates entre a sociedade civil e setores governamentais, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada em 2007 para dar materialidade ao Artigo 223 da Constituição no que diz respeito à complementaridade dos sistemas de comunicação, enquanto pressuposto de uma democracia capaz de superar a herança escravocrata.

Os pilares da nova empresa foram debatidos no I Fórum Nacional de Televisão Pública, realizado em maio de 2007, por iniciativa do Ministério da Cultura, com participação efetiva da Fundação Palmares e de movimentos negros. Um dos documentos norteadores apresentados na ocasião foi o livro “O Negro na TV Pública”, organizado pelo cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo, com artigos de referências do pensamento negro contemporâneo como Muniz Sodré, Sueli Carneiro e Jurema Werneck.

A expectativa era a de que a EBC se consolidasse com um contraponto à mídia comercial brasileira, fundada pela elite branca escravocrata e até hoje gerida por descendentes dessa elite para atender aos seus interesses. Também era esperado que os canais geridos pela EBC, seja na televisão, no rádio ou na internet, estabelecessem parcerias capazes de fortalecer a mídia negra, historicamente alijada do financiamento público para os meios de comunicação.

Tendo em vista o golpe perpetrado em 2016 contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, as iniciativas em prol da diversidade na EBC foram muito cedo interrompidas, bem como cassada a representação negra no Conselho Curador da empresa. O colegiado foi extinto nas primeiras horas do governo Michel Temer, prova de sua importância.

De lá pra cá, o movimento negro acompanha a redução da representatividade e diversidade na programação, a militarização no comando da empresa e a censura a conteúdos fundamentais para a população. Entre eles, as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, a agenda política das mulheres negras e dos povos de terreiro, a luta quilombola e o debate sobre o genocídio da juventude negra e dos povos indígenas.

Portanto, no marco dos 20 anos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em setembro de 2001, lembramos que o Estado brasileiro deve se comprometer com a implementação de uma série de medidas previstas no capítulo sobre Comunicação. Durban determina que as nações garantam, em seus meios de comunicação, uma representação justa da população negra e de seus descendentes, capaz de evitar estereótipos, reproduzir boas práticas, combater o racismo e estimular a representação da diversidade nas organizações da mídia.

Acreditamos que o sistema público deve estar à frente do cumprimento dessas diretrizes e, por isso, instamos os/as participantes desse seminário a incluírem em todos os eixos de refundação da EBC ações que promovam a efetiva participação negra na gestão e no

conteúdo. É preciso que, vencido o governo genocida e o projeto de privatização da empresa, a comunicação pública ressurgja disposta a radicalizar as medidas em prol da diversidade e do combate ao racismo. O Comitê de Equidade de Gênero e Raça, já existente, mas atualmente inexpressivo, deve ser envolvido na elaboração de todas as políticas da empresa.

Queremos um sistema de comunicação pública liderado por profissionais negros e negras. Exigimos que o conteúdo jornalístico e a programação estejam atentos às pautas políticas da população negra e que as equipes sejam devidamente orientadas nesse sentido, por meio de formação contínua. Não admitimos que o racismo institucional presente nas redações das mídias comerciais também encontre abrigo na mídia pública.

No que diz respeito às parcerias, as produtoras de cineastas negras/os e indígenas devem ter prioridade nos editais, com estabelecimento de cotas mínimas de contratação. Na cobertura jornalística internacional, deve ser garantida a abordagem sobre os países do continente africano, com envio de equipe de correspondentes. Não menos importante é a conservação e destaque para o acervo de posse da EBC sobre a memória e história de artistas, intelectuais e da população negra.

Em suma, o diálogo com as organizações negras deve estar no centro de qualquer reconstrução que vise efetivar a EBC como um sistema público criado para ser pilar de uma nova democracia.

- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (Cojira-DF)
- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (Cojira-Rio)
- Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul
- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (Cojira-SP)
- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Alagoas (Cojira-AL)
- Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira) da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ)
- Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
- Geledés
- Coalizão Negra por Direitos
- Movimento Negro Unificado (MNU)
- Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN)
- CMA HIP-HOP - Comunicação, Militância e Atitude Hip-Hop
- Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN
- Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros
- Coletivo de Mulheres Negras Baobá DF
- Joel Zito Araújo - cineasta, pesquisador e ex-conselheiro da EBC
- Nei Lopes - cantor, compositor e escritor

Modelo para sugestão de propostas para o Seminário Reconstroi EBC

Nome: Patrícia Serrão

Grupo de Raros e PCDS da EBC

Grupo criado em 2021 com objetivo de unificar as demandas das pessoas com doenças raras e pessoas com deficiências físicas na EBC e criar um ambiente de troca e acolhimento.

Eixo a que se propõe e sugestão: Eixo 2 – Conteúdo e Diversidade

Tema/subtema da proposta: Maior Inclusão de pessoas com doenças Raras e PCDs na EBC

Diagnóstico da questão/situação/ problema:

Grupos minoritários são sistematicamente ignorados e inviabilizados pela atual diretoria. Primeiro em quantidade de pessoas com deficiência física na EBC. A empresa descumpre o Art. 93, da Lei nº 8.213/1991, que determina a empresas com mais de 1.000 funcionários a obrigatoriedade de reservar 5% de suas vagas de trabalho para PcD. Em julho de 2020, o quantitativo de empregados na estatal era de 1.843, com apenas 23 PcD, o que resulta em déficit de 69 empregados.

Outra forma de discriminação foi em novembro de 2021 ter havido o corte do auxílio PCD, até hoje não restituído. Já em março de 2022 os funcionários foram surpreendidos com um EBC informa que dizia "Caso haja disponibilidade, as Pessoas com Deficiências - PcD permanecem com prioridade na distribuição das vagas". Vagas para pessoas com deficiência são resultantes da

Lei nº 13.146, de 2015 e é um reflexo do pensamento da atual administração colocar diretoria à frente de um grupo minoritário que efetivamente tem necessidade e direito a vagas.

A situação das pessoas com doença rara dentro da EBC é ainda mais preocupante que a do grupo PCD, porque esses não possuem absolutamente nenhum direito apesar de compartilharem muitas das dificuldades. Um exemplo disso é o aumento de gastos após o diagnóstico. De acordo com pesquisa do IFF/Fiocruz feita com pacientes raros¹ quase 70% relataram ter necessitado de dinheiro emprestado para dar conta de despesas básicas e quase todos (95%) afirmaram que os gastos mensais aumentaram após o diagnóstico. Os raros da EBC não possuem direito ao auxílio que os PCD possuem. Tampouco há qualquer levantamento do número de funcionários que possuem doenças raras .

¹<https://www.scielo.br/j/csc/a/dGY5tSWfqr5btPLLH984kZP/?lang=pt>

A EBC já esteve na vanguarda da acessibilidade com o primeiro telejornal totalmente em libras, possui repórteres cadeirante e com síndrome de Down. Além disso, temas voltados à acessibilidade e à inclusão eram regularmente pautados nos nossos veículos. Infelizmente isso é algo cada vez mais escasso. Sabemos da importância da representatividade, mas vivemos um momento em que pessoas com deficiência são escondidas e pessoas com doenças raras são inexistentes aos olhos do RH. É preciso ações para mudar esse quadro.

Proposta/Sugestão:

- Concurso para chegar à cota mínima legal de funcionários PCDs
- Processos transparentes para que funcionários possam ser facilmente reenquadrados como PCDs a qualquer momento.
- Equiparação dos direitos de pessoas com doenças raras às PCDs.
- Realização de censo para saber quantos funcionários com doenças raras a empresa possui e quais as necessidades específicas deste grupo.
- O respeito às particularidades dos PCDs e raros passa ainda pela adoção de medidas de acessibilidade dentro da empresa, bem como a possibilidade de flexibilização do trabalho remoto e o incentivo à ascensão profissional para esse grupo.
- Elaboração de um manual de linguagem inclusiva e curso para todos os gestores, repórteres e editores.sobre o tema.
- Representatividade nos programas e pautas de nossos veículos.
- Produção de programase matérias especiais com temas ligados à acessibilidade e inclusão em todos os nossos veículos. Aproveitar para tais pautas os funcionários que têm conhecimento de causa, afinal representatividade importa. Não basta que falemos sobre, mas também é importante existirem raros e PCDS à frente de programas e em lugares de destaque. Afinal nada por nós, sem nós.

::Proposta das trabalhadoras e trabalhadores para o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública::

Nome: Comissão de Empregados da EBC

Minicurrículo ou apresentação da entidade/movimento/ grupo: Entidade representativa do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da EBC, com representação nas três praças (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro), eleitos anualmente. A entidade não é reconhecida oficialmente pela empresa, mas atua fortemente em questões trabalhistas e na defesa dos direitos dos funcionários e funcionárias, bem como na interlocução com os sindicatos, imprensa e sociedade civil em questões relacionadas à defesa da EBC e da Comunicação Pública. Integra a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública e tem sido a principal responsável pela organização dos dossiês de censura e governismo da EBC.

Eixo a que se propõe e sugestão: Eixo 2 - Conteúdo e Diversidade

Tema/subtema da proposta: Valorização dos trabalhadores e trabalhadoras para garantir o cumprimento dos princípios de diversidade previstos na Lei de criação da EBC.

Diagnóstico da questão/situação/ problema: Em seu artigo 2º, parágrafo 8º, a Lei nº 11.652/2008, afirma que a EBC deve ter “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”. Por lei, os veículos e agências da EBC devem difundir e promover a cidadania, a diversidade e a pluralidade. Os veículos e agências públicas não podem servir de instrumento para propaganda e promoção pessoal de presidentes ou de governos, como tem sido atestado em inúmeros relatórios e notas produzidos pelos trabalhadores.

Ao longo de 2019, 2020 e 2021 listamos grande volume de episódios de censura em dois Dossiês, além dos casos de governismo e desrespeito à lei em conteúdos veiculados. A nova gestão altera o organograma e cria novos cargos para abrigar apaniguados. Enquanto isso, a programação própria dos veículos da EBC é reduzida a quase nada e feita sem nenhum investimento. Não há mais incentivo para a produção independente. Não há mais nenhum programa de debate em todos os veículos da EBC! A empresa produz programas encomendados pela Esplanada e pelas Forças Armadas. Outra imoralidade é a injeção de dinheiro público em emissoras privadas, com a transmissão pela TV Brasil das novelas da Rede Record “Os dez mandamentos” e “Escrava Isaura”, ambas já transmitidas pelo canal privado e com diversas ressalvas do ponto de vista da comunicação pública.

São inúmeros os casos de interferência na pauta jornalística e na grade das emissoras de rádio e na TV Brasil. Tivemos alterações profundas em programas que são patrimônio da TV pública, como o Sem Censura, há 35 anos no ar. Um marco por ampliar o debate na sociedade no pós-ditadura, o Sem Censura foi totalmente reformulado, chegou a sair da grade e agora serve de palco para ministros e apoiadores do governo fazerem propaganda.

Todos os esforços dessa gestão são contrários à comunicação pública, assim como em igual medida buscam camuflar e blindar o atual governo de críticas. São utilizadas diferentes táticas de censura, como o atraso de horas na publicação de reportagens e conteúdos e a ausência de metadados necessários para que eles apareçam em mecanismos de busca como o Google. Há casos também de conteúdo tirado da grade às pressas e censura pura e simples.

O jornalismo é o alvo central de decisões autoritárias e colegas têm sofrido perseguição até com mudança compulsória de setor. Repórteres recebem pautas vexatórias ou absurdas, com temas sem relevância ou com enfoques favoráveis ao governo ou que apenas promovem a imagem do presidente e de ministros de Estado. Vozes dissonantes - incluindo presidentes e autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo - são silenciadas. Jornalistas são constrangidos diariamente a ignorar assuntos relevantes do dia ou fazer uma abordagem superficial que não desagrade ao governo.

Proposta/Sugestão: Reconstituir a Lei de Criação da EBC com instrumentos de controle e participação popular que sejam efetivos.

Implantar uma política de valorização do corpo funcional, que é altamente qualificado, com a aprovação do Plano de Cargos e Salários e do Acordo Coletivo de Trabalho, que se arrasta desde 2020. Não menos importante é um programa de seleção de líderes internos, que valorize e estimule a diversidade em cargos de gestão.

O pedido dos empregados e empregadas da EBC é que possamos voltar a ser referência em jornalismo e fazer programas de rádio e de TV de excelência. Queremos ter orgulho de trabalhar na EBC e em todos os seus veículos e setores.

Repudiamos a insistente interferência do governo federal nas redações da empresa., bem como nos envergonhamos da passividade de parte dos atuais gestores – inclusive concursados – que aceitam esse papel e pressionam colegas a se submeterem a uma linha editorial que contraria os regramentos legais da empresa, incluindo o Manual de Jornalismo.

Além disso, observamos a necessidade de diversificar nossas emissoras e veículos com pessoas de todas as raças, pessoas com deficiência e com doenças raras. Para corrigir rumos, acreditamos que medidas prioritárias precisam ser pensadas pela gestão. São elas:

- 1) Respeito às leis que regulamentam as profissões e os códigos de ética e de conduta;
- 2) Acabar com a censura;
- 3) Adotar medidas de acessibilidade e equiparar os direitos das pessoas com doenças (PcDR) raras às pessoas com deficiência (PCDs);
- 4) Realização do censo interno para conhecer o perfil das empregadas e dos empregados, incluindo os PcD e PcDR;
- 5) Apuração e responsabilização de casos de assédios, de racismo e de discriminação;
- 6) Garantir que pessoas de todas as raças/cores, com doenças raras, com deficiência ou não, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tenham as mesmas condições de ascender aos cargos de gestão e apresentação de programas;
- 7) Promover conteúdos nas telas e microfones que valorizem o debate de ideias;
- 8) Promover editais e parcerias para realizadores negros e da sociedade civil, em geral;
- 9) Promoção, realização e divulgação de Banco de Projetos Interno;
- 10) Monitoramento constante da presença de negros (trabalhadores e entrevistados),

especialmente de mulheres negras, por meio de pesquisa específica. Sugerimos que a EBC se baseie nos Indicadores de Gênero para a Mídia, da Unesco;

11) Elaboração de um manual de linguagem inclusiva;

12) Realização de formação continuada em diversidade e direitos humanos, com cursos como o de “Gênero, Raça e Etnia para jornalistas”, da ONU Mulheres;

13) Realização de curso obrigatório sobre acessibilidade;

14) Redução da jornada para lactantes, até a criança completar 2 anos, para que as empregadas possam se dedicar ao trabalho e à família de maneira adequada.

Essa é a EBC que queremos e as reivindicações que vêm sendo ignoradas. **Sem elas, não há como sustentar um projeto de comunicação pública comprometida com a democracia e com os direitos humanos, fundamentais ao Brasil.**

Proposta para o Seminário Reconstrói EBC

Nome:

Márcio Garoni

Jornalista na EBC e diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)

Eixo 2 – Conteúdo e Diversidade

Tema/subtema da proposta: Retomada e avanço dos instrumentos democráticos da EBC: Comitê Editorial de Jornalismo, Conselho Curador e Ouvidoria.

Diagnóstico da questão/situação/problema:

A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2007, por meio de Medida Provisória, depois convertida na Lei 11.652, em 7 de abril de 2008. Viabilizada no governo Lula, a EBC é fruto de um amplo movimento da sociedade brasileira, que envolveu acadêmicos, comunicadores, jornalistas, movimentos sociais, dirigentes de emissoras de rádio e televisão públicas, culturais e educativas, entre outros. A empresa herdou os veículos geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp). Entre as missões estava gerir as emissoras já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação, além de articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública.

A lei da EBC estabelecia instrumentos para fazer a empresa avançar nesse papel de implantação e consolidação do Sistema Público de Comunicação, com mecanismos de controle social para que mantivesse o rumo. Esse processo foi se desenvolvendo nos anos seguintes à criação da empresa, um grande desafio dado o cenário de oligopólio privado da radiodifusão no país. Porém, a partir do Golpe de 2016, a EBC foi sufocada e descaracterizada pelos governos Temer e Bolsonaro. A empresa distanciou-se do propósito para o qual foi criada, aos poucos transformando seus veículos em instrumentos de propaganda dos governantes, sem espaço para o contraditório, a diversidade e a pluralidade de vozes.

Com a chegada do governo Temer à presidência, em 2016, deu-se início a um processo de desmonte não só da estrutura da empresa, mas também de mecanismos de democracia interna e de controle social da EBC. A Medida Provisória 744, publicada em 02 de setembro de 2016, extinguiu o mandato do presidente da empresa, permitindo sua troca a qualquer momento, pelo presidente da República, e também extinguiu o Conselho Curador da EBC, que tinha representação da sociedade civil, dos trabalhadores da empresa, do Congresso Nacional e de outros órgãos do governo federal. O Conselho Curador tinha o papel de fiscalizar o cumprimento dos preceitos da EBC, além de deliberar sobre a linha editorial e diretrizes educativas, artísticas e culturais dos veículos da empresa. Mais da metade dos membros representavam a sociedade civil, sendo escolhidos por meio de consulta pública.

A partir daí começaram a crescer denúncias de casos de censura editorial nos veículos da empresa. Um dossiê divulgado em 2018, ainda sob governo Temer, apontou 61 casos de censura e governismo nos veículos da empresa. A situação ficou mais aguda nos anos seguintes, já sob o governo Bolsonaro, como apontaram outros dois dossiês da censura. O último, divulgado em 2021, apontou 161 casos de censura e 89 de governismo.

A falta de um órgão como o Conselho Curador calou o direito da sociedade civil brasileira a manifestar críticas à direção da EBC pela cobertura cada vez mais enviesada dos veículos da empresa. Sob a pandemia da covid-19, a falta de participação social na EBC se tornou ainda mais grave, com coberturas relativizando a necessidade de medidas sanitárias adequadas para prevenir a doença, e por vezes propagando o uso de tratamentos comprovadamente ineficazes contra a covid-19.

O Comitê Editorial de Jornalismo foi outro órgão encerrado pela empresa. Previsto no Manual de Jornalismo da EBC, publicado em 2013, foi instituído a partir de 2014, mas teve vida curta, com reuniões realizadas até o ano de 2016. Os mandatos do último Comitê Editorial se encerrariam em 2018, mas não há registros de reuniões nos dois anos finais. Segundo o Manual de Jornalismo, o órgão tinha o papel de "sintonizar a prática diária do jornalismo da EBC com este Manual", além de verificar criticamente algumas produções jornalísticas dos veículos da empresa. O golpe de 2016 também impactou no esvaziamento desse instrumento, que não promoveu sua renovação depois do fim do último mandato.

Apesar de ter se mantido institucionalmente, a Ouvidoria da EBC foi outro órgão atingido e descaracterizado pela direção da empresa nos últimos anos. Tinha o papel de "analisar a programação dos veículos EBC em suas várias plataformas, observando os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública." Dentro do contexto de sufocamento democrático da sociedade brasileira e também da EBC, a Ouvidoria também se tornou parte do projeto de transformação da empresa em instrumento de propaganda governamental, reduzindo os espaços de crítica e na prática endossando o processo de desmonte praticado pelos últimos governos.

Esse cenário tornou necessária a criação da Ouvidoria Cidadã da EBC, lançada em dezembro de 2020 pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Iniciativa independente, a Ouvidoria Cidadã dá atenção para assuntos que não têm sido contemplados pela ouvidoria oficial. Segundo o ex-ouvidor-geral da EBC, Lalo Leal, "ainda que essas manifestações não resultem em transformações nos conteúdos veiculados pela EBC, elas serão importantes como registros históricos deste momento de atropelo da comunicação pública no Brasil". A existência da Ouvidoria Cidadã se dá diante da omissão da Ouvidoria oficial em cumprir o papel para o qual foi criada.

Proposta/Sugestão:

- Retomada do Conselho Curador da EBC na lei da empresa, com ampliação dos mecanismos de participação popular, garantindo poderes deliberativos para definir as diretrizes da cobertura dos veículos da empresa.
- Retomada do Comitê Editorial da EBC, com indicações feitas de forma democrática pelos trabalhadores da empresa, com reuniões periódicas e submetido às diretrizes do Manual de Jornalismo da EBC.
- Refundação da Ouvidoria da EBC, com estrutura adequada, autonomia em relação à direção da empresa e que observe os princípios e a legislação que regem o Sistema Público de Comunicação e a EBC.

Inclusão de emissoras estaduais, comunitárias e universitárias no projeto Digitaliza Brasil

Seminário: Reconstrói EBC e a Comunicação Pública

Evelin Maciel²

Contextualização

O projeto Digitaliza Brasil, ao custo de cerca de R\$ 800 milhões, está em implantação com quase a totalidade do saldo remanescente da venda da faixa de 700 MHz pela Anatel. Os recursos resultantes de Edital de Licitação promovido pela União foram destinados à distribuição de kits de recepção digital às famílias beneficiárias de programas sociais, à comunicação do desligamento do sinal analógico e à limpeza da faixa para a implantação de operações de telefonia 4G. Terminado este trabalho, restaram mais de R\$ 1 bilhão. O projeto em pauta foi apresentado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL e aprovado pelo conselho diretor da Anatel.

O projeto tem o objetivo de instalar estações retransmissoras para a disponibilização de sinal digital em municípios de pequeno porte (menos de 50 mil habitantes), realizando a migração da programação do formato analógico para o digital. Segundo os proponentes do projeto, mais de 24 milhões de pessoas (aproximadamente 12% da população brasileira) residem em 1.789 municípios de pequeno porte que possuem estações de televisão analógica autorizadas e que ainda não possuem estações de televisão digital terrestre. São cidades dos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Bahia. Não há interesse comercial na implantação da tecnologia digital nestas localidades e as operações são, em sua maioria, outorgadas às prefeituras. Destes municípios, 1.627 aderiram ao projeto. Além de instalar as retransmissoras, o projeto também vai distribuir kits de recepção digital às famílias beneficiárias de programas sociais do Governo Federal, assim como ocorreu no restante do país. As prefeituras fornecerão infraestrutura, segurança e manterão as operações e manutenções dos equipamentos instalados.

A Rede Legislativa de TV Digital, coordenada pela Câmara dos Deputados, e a TV Brasil, vinculada à EBC, que operam em multiprogramação, conseguiram a inclusão de seus canais no projeto e, onde houver aquisição de retransmissor para TV comercial, também serão instalados transmissores para estas emissoras.

A justificativa para tal adesão foi a complementaridade prevista na Constituição, que visa

² É jornalista, mestre em Ciência Política e especialista em Regulação de Telecomunicações pela UnB. Foi vice-presidente do Conselho Curador da EBC, representando a Câmara dos Deputados. Coordenou a Rede Legislativa de Rádio e TV, presidiu a Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas - ASTRAL e apresentou o programa de auditório "Câmara Ligada", que discutia política com jovens na TV Câmara.

garantir equilíbrio entre os campos da radiodifusão com funções diferenciadas, complementares, não hierarquizadas. Esta complementaridade resguarda o pluralismo e a diversidade de fontes de informação. A radiodifusão pública e estatal existem para o atendimento de políticas públicas na consecução de objetivos sociais diretamente relacionados ao fortalecimento da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa. A universalização do acesso dos brasileiros aos sinais das emissoras públicas e estatais, com a possibilidade de acesso de qualquer pessoa aos conteúdos dessas emissoras por meio de radiodifusão, é fundamental para a democracia. A sociedade que mantém, com a aplicação dos recursos advindos de seus impostos, as emissoras públicas e estatais, deve ter acesso isonômico aos conteúdos destas emissoras, em sinal aberto e gratuito.

O programa Digitaliza Brasil foi lançado pela Portaria MCom 2.524/2021 e as informações sobre o programa estão no site www.gov.br/mcom/digitalizabrasil e aqui https://sejadigital.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-SEMANTAL-2022-03-14_v1.pdf

Cenário atual

O programa Digitaliza Brasil é um absoluto sucesso, parece coisa da China tamanha a rapidez e eficiência. De 1.789, 1.627 cidades aderiram³. O programa teve início em junho de 2021 e em nove meses concluiu a terceira e última fase tendo atingido 99% das cidades elegíveis a participar.

O programa é implementado pela Seja Digital, empresa criada pelos vencedores do leilão do 4G para a limpeza da faixa, comunicação e desligamento do sinal analógico no país. O prazo para encerramento das transmissões analógicas é dezembro de 2023.

Segundo a TelaViva, “até o momento, 1.163 (71,4%) dos municípios já foram qualificados e cerca de 800 já assinaram o documento com o MCom. Em 95 cidades o sinal digital já está ativado. ... O MCom, em parceria com a entidade executora Seja Digital, fornece os equipamentos e a instalação da infraestrutura para digitalização do sinal analógico, sem qualquer custo para a população”.

Os radiodifusores comerciais já começam a se articular para ocupar o espaço ocioso de canais nas estações retransmissoras em processo de implantação pelo projeto Digitaliza Brasil. A infraestrutura instalada em cada cidade terá espaço para abrigar até oito canais e haverá capacidade ociosa “em 94% das mais de 1,6 mil cidades que devem ser contempladas no programa”.⁴

³<https://telaviva.com.br/09/03/2022/programa-digitaliza-brasil-alcanca-1-627-cidades-com-tv-digital/>

⁴https://teletime.com.br/18/03/2022/capacidade-ociosa-em-estacoes-de-tv-digital-gera-expectativa-entre-radiodifusores/?related_post_from=420651

Problema

Entre as emissoras públicas do país, apenas as emissoras do Poder Legislativo, reunidas na Rede Legislativa, e as emissoras que operam em multiprogramação com a TV Brasil estão inseridas no projeto. As emissoras estaduais, comunitárias e universitárias deveriam ter sido igualmente contempladas, mas não tiveram acesso às informações no período da elaboração do projeto Digitaliza Brasil e não puderam pleitear a inclusão.

Sugestão de solução

O Ministério das Comunicações deveria apresentar ao Gired a demanda de inclusão de transmissores para as emissoras estaduais, comunitárias e universitárias em cada localidade onde o projeto Digitaliza Brasil está em implantação.

TranSensibilização do Mundo

16/03/2022

Propostas Seminário Reconstrói EBC

Segundo dados estatísticos do Grupo Gay da Bahia (GGB), da imprensa nacional e internacional, a Bahia é um dos Estados mais violentos do Brasil para o público Lgbtqiap+, principalmente para pessoas transgênero, negras e pobres. Muitas vezes não temos dados concretos dos óbitos por falta de registro, reconhecimento dos corpos ou por queima de arquivos.

Em pleno século XXI ainda necessitamos dialogar sobre direitos humanos, violência de gênero, de raça, de classe e para tal requeremos uma mídia a nosso favor com a participação direta do corpo social na estruturação de propostas para a comunicação pública frente aos debates Lgbtqiap+.Proposições que visam incentivar o desenvolvimento de iniciativas que auxiliem e estimulem a visibilidade, segurança e respeito às pessoas Lgbtqiap+.

Apoiamos a organização do Seminário sobre a reconstrução da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da Comunicação Pública no país e queremos contribuir para Tema da Diversidade e Jornalismo, no Grupo correspondente, apontando a expectativa em relação à mídia pública e o papel que deve cumprir na construção de um projeto democrático para o Brasil.

O Grupo Diversidade de produção (diversidade da programação, jornalismo, produção independente, regional e emissoras ligadas ao legislativo, judiciário e comunitárias) com Eixos transversais: autonomia; separação de caráter público e governamental; rede de comunicação pública.

Este grupo propõe uma discussão sobre como garantir a representação e o protagonismo criador da diversidade étnica, de gênero, religiosa e geográfica, com especial atenção para os segmentos historicamente invisibilizados, nos conteúdos jornalísticos e artísticos exibidos nos veículos da EBC e da Rede de Comunicação Pública, sejam eles de produção própria ou externa.

A EBC é uma empresa pública federal de comunicação cuja gestão tem a participação da sociedade civil e foi criada no governo do Presidente Lula para complementar espaços nas normas constitucionais e assegurar a completividade por meio do sistema público, privado e estadual de comunicação. Entretanto passou por um processo de desmonte, com a cassação do Conselho Curador e instrumentos de autonomia, ficando submetida ao controle do governo.

Sendo assim, precisamos pensar na apropriação de espaços de comunicação pública por movimentos que reivindicam novos direitos para uma nova sociedade no âmbito federal através da divulgação de projetos artísticos, culturais, intelectuais com enfoque na diversidade e organizações Lgbtqiap+ através das mídias públicas. Proporcionar um espaço

acolhedor para discussões amplas e igualitária ao exemplo do Projeto Estação Plural, programa de entrevistas e debates da TV Brasil, que tinha como âncoras (a cantora e compositora Ellen Oléria, o jornalista Fernando Oliveira (Fefito) e Mel Gonçalves) ligados ao universo Lgbtqia+ com discussão sobre Arte e Comportamento, mas que deve estar presente nos diferentes gêneros de programação e jornalismo.

Pensando em uma contribuição imediata para gerar um caderno de propostas para a reconstrução da EBC, discutiremos sobre diversidade, jornalismo e suas demandas, assim como a importância de uma mídia pública comprometida em dar visibilidade às questões que estão travadas na política e propostas que tramitam em Assembleias Legislativas que precisam ser destravadas a partir do debate na sociedade que buscam impossibilitar a variação na norma gramatical para além do binário para controle, manipulação dos corpos e assim torná-los vulneráveis. A transfobia é crime e também uma atualização da ferida colonial que se traduz na língua e se apresenta nas microagressões e microinvalidações diárias com afirmações da não existência do gênero neutro e pessoas não-binárias. São exemplos o uso de gênero neutro na língua portuguesa como linguagem neutra no combate a intolerância estrutural que é concedido sobretudo por pessoas agênero e não-binárias no campo da educação, administração pública, nas produções culturais e nas artes.

Segundo o linguista Iran Melo a linguagem neutra é um “mecanismo de inclusão e visibilidade, uma ferramenta de disputa e poder que repercute na demanda social” para promover novos meios de representatividade quanto identidade através da língua no confronto às ideias hegemônicas de gênero. Melo aponta para existência de um “projeto de sociedade que não aceita as possibilidades de liberdade do corpo” através do gênero, ou seja, “qualquer coisa que venha promover um outro modo de ser no mundo se apresenta como ameaça para tal projeto sócio-cultural, sócio-político.”

Segundo o Grupo Gay da Bahia na esfera da saúde existem demandas fundamentais nos procedimentos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), como bloqueadores, mastectomia, mamoplastia, cirurgia das cordas vocais/mudança de voz e cirurgias de redesignação sexual que deveriam ser ofertadas na cidade de Salvador-BA através do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), mas no presente o hospital dispõe somente de um ambulatório transexualizador para atendimento clínico a pessoas trans na Bahia. É vital para saúde mental inserir a estruturação do ambulatório de biologia e anomalias e substituição do nome com outra denominação, assim como o laboratório de genética - sexo ambíguo. É essencial introduzir também no laboratório uma regulação interna mais eficaz para as pessoas serem atendidas nas consultas de forma mais efetiva para regular. Criar um fluxo novo no laboratório de biologia e procedimentos para pessoas trans no HUPES com apoio da Aliança Nacional Lgbti+ e uma cartilha com as nomenclaturas com coparticipação da Reitoria da Universidade Federal da Bahia com o ainda Reitor João Carlos Salles.

Durante a gestão de Salles ocorreram diálogos, resoluções e implementação das cotas para cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu (doutorados, mestrados e profissionais) para candidatos negros, quilombolas, indígenas, refugiados, pessoas com deficiência e trans (transgênero, transexuais e travestis) através da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e

Assistência Estudantil - PROAE. A resolução é uma oportunidade e possibilidades para os excluídos ascenderem e mostrarem seu potencial através da educação, ciência, tecnologia e arte, mas são preteridas pelo racismo e discriminação.

Ainda no âmbito acadêmico podemos notar algumas lacunas das ações afirmativas e assistência estudantil na graduação e pós graduação e também para aqueles que já possuem segunda graduação, que estão em vulnerabilidade e precisam de bolsa de estudos integrais e auxílio à permanência para os estudos. Equitativamente é primordial pressionar para solucionar questões do poder público e judiciário para aplicação das leis de forma mais assertivas quanto aos assédios, violências e discriminação nos espaços público.

Na visão de Lype Neves, cantor e coordenador do Projeto Vozes (Trans)Formadoras no jornalismo deve constar pauta sobre respeito, informação Lgbtqip+ como identidade de gênero, de expressão, orientação sexual, com cuidado para não confundir os termos ou falar de forma invasiva. Assim a mídia contribuirá nas ações contra o assédio, bullying, discriminação, preconceito, lesbofobia, homofobia, transfobia, lgbtqip+fobia, racismo, gordofobia, machismo, capacitismo e afins.

Para Nenes, a TV pública deve desvincular a imagem de Lgbtqip+ como tabu, algo inadequado e naturalizar a fala para os espaços públicos e privados. O jornalismo pode nos ajudar a diluir os mitos que são perpetuados entre gerações, e em função disso acaba por fazer a sociedade possuir repulsa, raiva, medo, receios de serem atendidas, de nos contratarem pelo conhecimento, currículo e/ou empatia, de estarem perto de nós.

Esse tipo de direcionamento, sem empatia e com desinformação, que nos põe como Lgbtqip+ antes de nos colocar como pessoas, que desrespeita, violeta, impede-nos de alcançar o mínimo: respeito, amor, empatia dos outros seres humanos para conosco, emprego, moradia, ensino e muitos outros objetivos e sonhos que temos e direitos que deveríamos ter. Este espaço é necessário para nos dar visibilidade, se a sociedade não nos vê, não sabe quem somos e que somos iguais, não vai nos respeitar e não dará oportunidade de emprego com pauta na qualidade profissional, currículo e/ou empatia). Temos demanda por respeito, por informação, pois sem isso, nem alimento conseguimos colocar na mesa, por falta da mesa, de moradia, por falta de emprego, por falta de nós mesmos.

Isto é emergencial, desinformação e desrespeito violentam, humilham, suicidam, matam! É importante fazer com que o respeito seja alcançado, e isso só será possível se pessoas passarem a nos ver como iguais, como seres humanos, afirma Neves.

Dirigimo-nos em defesa na programação da EBC de forma coletiva para que tenha no seu jornalismo pautas que favoreçam nos processos de ascendência os discurso além do controle não laico, proselitista, formas de masculinidade hegemônica, cis-heteronormatividade, combate a discriminação racial de gênero, para inclusão de equidade de gênero, diálogos não discriminatórios para o público Lgbtqip+, mulheres negras, povos indígenas, quilombolas e refugiados.

Contribuição

Joan Ravir, Comunicólogo, fotojornalista, filmmaker e estudante de Arte da Universidade Federal da Bahia.

Palavras Chave: Reconstrução da EBC; Diversidade e Jornalismo; Movimento Lgbtqiap+; Comunicação Pública.

ENTIDADES

Grupo Gay da Bahia (GGB) e Vozes (Trans)Formadoras.

FONTE

<https://grupogaydabahia.com/>

<https://proae.ufba.br/>

<https://aliancalgbti.org.br/>

https://www.instagram.com/vozes_transformadoras/

<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/23/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra>

https://ufba.br/ufba_em_pauta/sistema-de-cotas-na-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-aprovado-na-ufba

Seminário Reconstroi EBC e a Comunicação Pública
Diagnóstico Conteúdo e Diversidade

A Comunicação na Transversalidade

Por Thereza Dantas

Entre os anos de 2005 a 2009, trabalhei com a equipe de criação da Revista RAIZ., um veículo que tinha por missão “publicitar” a Cultura Popular Brasileira. Foram anos de intensas trocas e aprendizado com jornalistas da velha guarda do Imprensa brasileira e experimentos com as ferramentas das novas tecnologias que trazia da minha formação como comunicadora especializada em mídias sociais.

Essa iniciativa editorial só poderia acontecer nesse período histórico, dado os fatores que contribuíram para essas ampliações e explosões dos limites das áreas da Comunicação e da Cultura. Essa transversalidade foi proporcionada por pessoas que estavam à frente de um outro projeto de Brasil. Muito distante da tradicional Comunicação (neo)colonial praticado na/pela sociedade brasileira.

Nos debruçamos sobre como “desfolclorizar” a pluralidade da Cultura brasileira. Nesse período, vivenciei o que é a riqueza de conteúdos, a diversidade de informações e os novos formatos da Comunicação. As pautas eram muitas e muitos eram os caminhos possíveis para “revelar o Brasil escondido”.

O que é censura?

Senso comum, censura é a ação de controlar qualquer tipo de informação, geralmente pela repressão à imprensa. O Brasil viveu vários momentos de ataques às liberdades individuais, de manifestação, de criação e de expressão. É uma tradição do Brasil Colônia, que não permitiu a instalação de gráficas no nosso território entre 1500 a 1808.

Somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, surgiu o primeiro jornal: a Gazeta do Rio de Janeiro, editado sob censura prévia. De lá para cá, da República Velha ou na Era Vargas, da Ditadura Militar até 1988, experimentamos breves momentos de liberdade de expressão.

Pós Ditadura Militar

Entre 1988 e 2003, o Brasil desenvolveu uma forma conservadora de Democracia. Não havia mais um censor nas redações da Imprensa tradicional, mas também não havia muita inovação. Os meios de Comunicação permaneciam nas mãos dos que já coabitavam com a Ditadura Militar. Não havia fogo, nem paixão nos anos de 1990 do século passado. Profissionais da Comunicação criaram mais títulos (revista Realidade, jornal Versus, Pasquim, O Lampião) sob a pressão da censura do que sob a proteção da Constituição de

1988, que no inciso IX do Artigo 5º garante: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Pano de fundo

A Democracia brasileira e a Comunicação caminharam com passos controlados até a eleição de José Inácio Lula da Silva, em 2003. O partir daí, o Brasil viveu um momento muito especial. Até para a sensata e “imparcial” Imprensa tradicional foi necessário se movimentar diante do surgimento dos novos atores no cenário da política nacional. Além do Lula, uma nova cultura se desenhava: era a cultura digital. No início do século 21, os usuários dos celulares, dos computadores, dos smartphones, dos tablets e dos notebooks criavam novos deuses.

Redes sociais, plataformas de streaming e softwares possibilitavam uma circulação de informações menos burocrática, mais individualista e, descobriu-se, muito narcisista. Em paralelo, em 2007, era criada a Empresa Brasileira de Comunicação, a EBC, fruto dos debates realizados no 1º Fórum Nacional de TVs Públicas que gerou a Carta de Brasília. Essa carta demandava a criação de uma TV pública, independente, democrática e apartidária.

Essas parcerias entre sociedade civil e Poder Público, comuns nas gestões do Partido dos Trabalhadores, PT, foram muito importantes para viabilizar uma série de reivindicações que estavam estagnadas num longo período de 21 anos, que compreendeu a Ditadura Militar.

Diante de um futuro brilhante, sem as amarras de gestões democráticas mas muito conservadoras, reunimo-nos, trabalhadores e profissionais, na construção de uma nova página da História do Brasil. Antenados com as novas linguagens e as novas ferramentas digitais, as primeiras gestões do PT traziam em seu bojo inovações. Muitas deram certo, algumas não foram tão felizes.

Linha do Tempo

A EBC foi autorizada por meio da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, e a empresa foi efetivamente criada por meio do Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007. A Medida Provisória, posteriormente, foi convertida na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. A estatal incorporou o patrimônio das concessões de radiodifusão da Radiobras, e dos bens públicos da União que estavam sob guarda da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).

A estatal esteve vinculada à Secretaria de Governo, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social, que possuía status de ministério e hoje, em 2022, está vinculada ao Ministério das Comunicações. Não desmerecendo as lutas pontuais dos profissionais da Comunicação, mas durante a gestão do ministro Gilberto Gil, os limites do que era o papel da Cultura foram borrados por uma administração pautada na transversalidade e na ampliação da atuação do Ministério da Cultura, o MinC. A Comunicação, no sentido mais amplo, foi uma dessas áreas de atuação.

À frente do então MinC, o multi-instrumentista Gilberto Gil, formado em Administração de

Empresas, atuou de forma inovadora de 2003 à 2008. Pautas como Patrimônio Imaterial, Direito Intelectual, Novas Mídias, foram alguns dos temas incorporados aos debates sobre as tradicionais linguagens artísticas: Literatura, Música, Audiovisual, Artes Cênicas, Artes Visuais e Patrimônio Material.

Os outros Brasis

Nessa transversalidade de pensamentos e ações, o Ministério da Cultura lançou mão de parcerias com projetos nas áreas da Educação, Saúde, Comunicação, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente. O Programa dos Pontos de Cultura, iniciado em 2004, reconheceu as ações de entidades, grupos e artistas espalhados por todo o Brasil. Além desse reconhecimento, desse financiamento, um passo em direção a uma nova visão de Comunicação foi dado: a criação dos Pontos de Cultura Digitais e das Redes que compartilhavam informações entre quilombolas, indígenas, periféricos e comunitários, viventes do Brasil mais profundo.

Em São Paulo, em 2005, numa tentativa de jogar luz a toda essa riqueza e diversidade, nascia nas ladeiras da Vila Madalena, bairro na Zona Oeste paulistana, a revista RAIZ. Era uma iniciativa privada pensada para revelar esse Brasil Popular ignorado solenemente pelas redações da imprensa tradicional.

A RAIZ. estava em consonância com esse outro olhar e projeto de Brasil. Ela não poderia nascer e viver em outro ambiente. Com a primeira edição da revista física, que trazia uma entrevista com Manuel Salustiano Soares, o Mestre Salu do Maracatu pernambucano, inspiração de uma cena musical potente que foi o Mangue Beat, simultaneamente entrava “no ar” o site Revista Raiz. A ideia de uma Comunicação plural e multimídia para informar o outro Brasil era uma das questões latentes naquele momento.

O quarto poder

É(ra) de conhecimento público que o chamado quarto poder, a Imprensa, (é)ra um dos pilares da manutenção da estrutura de uma sociedade colonial, DNA da elite brasileira. Mas a luta para uma outra Comunicação democrática é antiga. Desde 1808, com Hipólito José da Costa Pereira Furtado, autoexilado em Londres, que tentou com a edição de seu *Correio Braziliense*, democratizar a Comunicação no Brasil.

Aqui dou um grande salto temporal para a Campanha para Democratizar a Comunicação, que surgiu no bojo das lutas dos movimentos sociais nos anos de 1980. Esses mesmos profissionais da Comunicação garantiram o texto do inciso IX do Artigo 5º da Constituição de 1988: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Nesse debate sobre as formas de democratização da Comunicação, é consenso a urgência de popularizar os meios de Comunicação, com processos de concessões de canais de TVs e Rádios simplificados e acessíveis aos diversos atores que atuam na sociedade brasileira. Hoje, um pequeno grupo econômico detêm o controle, o que contribui para a manipulação da opinião pública e para permanência de determinados políticos e suas políticas. Mas não é

apenas isso.

Fora da caixinha

Paralelamente a ação dos projetos e editais que tratavam das linguagens artísticas, a equipe do MinC trouxe para a pasta, projetos e programas associados ao Movimento Social que precisavam da Saúde, Educação, Meio Ambiente, Reforma Agrária e Comunicação.

Entre 2003 a 2011, foram criadas ações (projetos e programas) aos atores que fugiam do estereótipo do mundo urbano da classe média das capitais. O reflexo de negação das diversas origens não cabia mais naquele momento. Era um estado febril de re-descobrimto. Criando um neologismo: era um tempo canfuso (confuso + cafuso).

Existiam Programas como o Cultura Viva que oferecia aos Pontos de Cultura computadores e assistência para utilizar softwares, ou programas, livres de direitos autorais, ou creative commons. Incentivo de redes virtuais para a realização de encontros nacionais, as Teias, que reuniam centenas de artistas que nunca haviam saído de seus territórios. Isso expandiu o conceito de Cultura. Não eram só pontos, mas um corpo inteiro que se olhava no espelho das águas.

Nesse contexto, a revista RAIZ. surgiu não para ser uma cópia da cópia do jornalismo cultural norte-americano, mas um canal de exibição dos brilhos das fantasias produzidas, com capricho, pelos artistas populares. Sua missão era estética. A revista primava por ensaios fotográficos primorosos. Nas páginas, textos menores com imagens que “sangravam” os limites dos “dois terços”. O povo deveria se ver, mais que se ler. E a Cultura Digital, tão próxima de nossa tradição oral, caiu como uma luva nesses encontros patrocinados pelo Estado. Estado que deve ser presente, e não mínimo.

Chapa Branca

Claro que a revista RAIZ. foi acusada de ser chapa branca. Uma forma maldosa, entre profissionais da Comunicação, de desqualificar o “fala” do outro. No nosso complexo de vira-latas só permitimos uma única forma de Comunicação: a do Mercado. Diante do que se tornou as redações da Imprensa tradicional brasileira, classificaria o jornalismo vigente como Chapa Cinza, cor do que sobra depois que o Mercado destrói tudo em nome do lucro.

Por exemplo, por conta desse Mercado fechado de Distribuição, a Revista RAIZ. tinha grandes dificuldades de ver suas edições físicas nas bancas de revistas do país. Recebemos muitas críticas de moradores, fora do eixo Rio-São Paulo, que nunca encontravam nenhuma edição em suas cidades. A pressão foi tão grande que a revista RAIZ. só conseguiu resistir no mundo virtual. Diante dessa experiência, compreendi que o empenho para democratizar a Comunicação seja o de evitar as ditaduras tanto a do Mercado, quanto a do Estado totalitarista.

Finalizando

Esse pequeno diagnóstico, quase um depoimento, é uma forma de afirmar que reconstruir a EBC e a Comunicação Pública não deve temer os investimentos governamentais em outros e novos canais de Comunicação. É preciso requalificar os limites impostos pelas agências de Publicidade. Elas garantem o dinheiro público alimentando os monopólios da Comunicação que é uma das barreiras que devem ser iluminadas e debatidas para ampliar a cadeia da produção da Comunicação no Brasil.

A EBC tem que compartilhar seu orçamento com investimentos em programas de financiamento de veículos de mídia independentes. A instituição deve ser uma fomentadora de conteúdos, não só uma produtora direta de conteúdo, lançando diversos editais e assim, oferecer possibilidade de produções diversas na sua grade de programação 24 horas.

Não é mais possível viver um sistema neocolonial de suspiros pelos corpos esbeltos, brancos, heteros, europeus e seu pensamento cartesiano. Devemos nos mobilizar para que coexistam vários canais que representem de fato a diversidade da população brasileira. As ferramentas do mundo digital, essas novas ambiências virtuais, tem escancarado portas para uma nova relação comunicacional com a sociedade.

Um exemplo recente é o podcast do Mano Brown, músico do lendário grupo de rap Racionais MC, que entra em sua segunda temporada de entrevistas afirmando que precisa estudar para aprender com os seus convidados. Os monopólios da Comunicação estão se organizando para limitar esses espaços digitais e a sociedade civil organizada também deve pensar em como ocupar esses novos campos virtuais e digitais, além de reivindicar o acesso aos canais de Rádios e TVs, posto que são concessões públicas.

Diante do exposto, posso afirmar que o conteúdo das empresas tradicionais da Comunicação não nos reflete. Com tantas ferramentas digitais que estão à disposição, à Comunicação não cabe mais um caminho, mas muitos caminhos possíveis para revelar o “Brasil (que não quer mais ficar) escondido”.

Fontes:

Entrevista Mano Brown no Splash – UOL, 17/03/2012

<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/03/17/mano-brown-mano-a-mano-segunda-temporada.htm>

Fórum da Democratização da Comunicação, site <http://fndc.org.br/>

Memórias da Ditadura, site <https://memoriasdeditadura.org.br/imprensa-alternativa/> Pontos

de Cultura, O Brasil de Cima Para Baixo, Célio Turino, Editora Anita Garibaldi, 2009

Revista RAIZ. Número 1, Novembro de 2005, Gráfica Bandeirantes, 50 mil exemplares

Wikipédia e os temas pesquisados: Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, Gilberto Gil e Juca Ferreira.

A Importância da Radiodifusão Pública no Brasil

Prof. Dr. Cristiano Torres do Amaral⁵

A radiodifusão pública é essencial para promover a integração do território nacional em um país com dimensões continentais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 212 milhões de habitantes, distribuídos de maneira desigual em um território com 8,6 milhões de quilômetros quadrados. A maior parte da população está alocada na Região Sudeste, que concentra 89 milhões de pessoas em 925 mil quilômetros quadrados. A Região Norte do Brasil possui 17 milhões de habitantes em uma área de 3,8 milhões de quilômetros quadrados, isto é, em termos comparativos, significa dizer que cerca de 20% da população da Região Sudeste está alocada em uma que é área 4 vezes maior que o território formado por Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo [1].

A maior parte da Região Norte do país está tomada pela floresta amazônica, que separa comunidades ribeirinhas, indígenas e povos tradicionais em áreas isoladas do território nacional. Não bastassem as diferenças demográficas explícitas na densidade populacional e territorial, é relevante destacar que a Região Norte do Brasil ainda possui indicadores que expõe de maneira constrangedora a desigualdade socioeconômica do país. A Região Norte do Brasil tem cobertura restrita saneamento básico, água potável, energia elétrica, acesso à educação infantil, postos de saúde, entre outros fatores que contribuem para conter o desenvolvimento sustentável na região [2].

A restrição de acesso aos recursos fundamentais de infraestrutura também estão presentes em outras regiões do país, principalmente nas localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos. A desigualdade digital nas periferias também atenua os indicadores de acesso à educação e informação. Na atualidade, cerca 98% da população possui um *smartphone* com internet. Contudo, a cobertura do serviço não alcança toda a extensão do país continental. Existem zonas de silêncio de telefonia móvel e internet até mesmo nos centros urbanos, uma vez que as operadoras do serviço de telefonia privilegiam as regiões com maior potencial de

5 Geógrafo, engenheiro e escritor.

retorno dos investimentos em tecnologia [3].

A migração das emissoras de rádio em ondas médias (AM) para o FM também contribui para redução da oferta de meios de comunicação nas áreas isoladas ou periféricas do país. O rádio FM possui limitação física para cobertura em todo o território, uma vez que as ondas eletromagnéticas desta faixa de comunicação possuem características de propagação visual, isto é, elas se limitam a viajar no horizonte de visada das antenas de transmissão e recepção. A mudança de faixa AM para FM incentivada pelas autoridades está sendo encampada pelos radiodifusores privados porque o aparelho de rádio está deixando de existir nas casas das famílias nas grandes metrópoles, ao contrário do rádio FM, que está presente em todos os aparelhos celulares [4].

O rádio é mais um item no menu do telefone celular, concorrendo com os aplicativos de música, esportes e notícias. Entre 2001 e 2009, em média, o aparelho de rádio convencional não existia na casa de 12% da população. A partir de 2011, o número de famílias que não tinha um receptor de rádio em casa começou a aumentar de maneira acentuada. Em 2013, cerca de 24% das famílias brasileiras não possuía aparelho de rádio em casa e, em 2015, esse percentual aumentou para 30%. [5].

As mídias sociais, trabalho, informação, bancos, atualmente, tudo converge na tela de um telefone celular com internet. A vida de 98% dos brasileiros já está transitando em um *smartphone* e, em grande medida, dependemos dessa tecnologia para quase tudo. Os jovens, cerca de 30% dos brasileiros, nasceram em um mundo onde o telefone móvel concentra oportunidades de trabalho, informação e lazer [6].

Ainda assim, a parcela de 2% da população que não possui um *smartphone* com internet, cerca de 4 milhões de pessoas, é formada por cidadãos brasileiros que têm direitos e deveres garantidos na Constituição Federal. Essas pessoas, excluídas dos interesses econômicos que fomentam os investimentos em cobertura de telefonia móvel e internet nos centros urbanos, são ouvintes do rádio convencional e utilizam o serviço de radiodifusão de ondas médias (Amplitude Modulada – AM), ondas curtas e Frequência Modulada (FM) para acesso à informação e entretenimento [7].

As comunidades localizadas nas áreas isoladas da Amazônia, ou das periferias das grandes metrópoles, não são atrativas para as empresas de telefonia móvel, uma vez que a densidade

populacional e territorial exigem grandes investimentos para cobertura de poucos assinantes. Logo, ouvir rádio utilizando um aparelho receptor de rádio ainda é um hábito muito comum nas localidades mais distantes do país continental [8].

O serviço de radiodifusão pública é estratégico para demarcação subjetiva do território brasileiro. Se existe cobertura de sinal de rádio, também há acesso à informação, entretenimento, saúde, segurança e educação. O país com dimensões continentais exige abordagens tecnológicas diferentes para alcançar toda a população. Não é razoável supor que seja possível alcançar todas as comunidades isoladas do país utilizando a mesma tecnologia de difusão do conhecimento. Por exemplo, na Amazônia a grande dispersão geográfica das cidades, bem como as características naturais da floresta tropical inviabilizam a utilização de rádio FM para o serviço de radiodifusão. A utilização de comunicação via satélite também possui custo elevado para massificação do serviço, limitando seu uso aos moradores que podem pagar pelo serviço [9].

É inegável que a internet e os telefones celulares mudaram a forma de acesso ao conteúdo do rádio. As pessoas comuns ouvem rádio pelo FM do celular ou via internet. O sinal estável, constante e de boa qualidade impulsionaram os ouvintes de smartphones. É por isso que as emissoras AM querem migrar rapidamente para o FM. Entretanto, a cobertura de rádio FM e da internet não são suficientes para alcançar os pontos mais distantes do território nacional e, por isso, no interior e nas áreas isoladas, ainda existe demanda pelo AM e ondas curtas [10].

Portanto, a radiodifusão pública é essencial para prestação do serviço de comunicação de massa, em especial, utilizando emissoras de rádio com alcance regional em ondas médias (AM) e ondas curtas. As emissoras de rádio em ondas médias (AM) podem alcançar grandes distâncias, principalmente nos períodos noturnos, uma vez que utilizam a propagação do sinal de rádio pela superfície terrestre. As ondas curtas utilizam a propagação do sinal de rádio por meio de reflexões atmosféricas e podem alcançar comunidades em todo o continente sul-americano. O rádio alcança as comunidades mais distantes da Amazônia, independentemente do interesse econômico e financeiro que orienta os investimentos nos serviços de internet e telefonia móvel.

Por isso, é importante preservar a missão estratégica do serviço de radiodifusão pública, blindando os profissionais de interferências externas. As trocas de governos, mudanças as

políticas e ideológicas afetam o serviço de radiodifusão pública em diferentes países. No Brasil não foi diferente e, por isso, foi instituída a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Em 2007, a EBC absorveu o parque tecnológico da Rádio Nacional de Brasília, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio MEC, além da emissora de TVE do Rio de Janeiro, e sendo criada a Rede Brasil de Comunicação e a Agência Brasil. Ao longo do tempo, a EBC se consolidou como importante meio de comunicação e informação no país, principalmente com as emissoras em ondas curtas da Rádio Nacional da Amazônia. Um legado da Era de Ouro do Rádio, mas que ainda é a principal fonte de informação de povos indígenas e ribeirinhos na Amazônia Legal.

O serviço de radiodifusão pública deve ser valorizado e protegido pelos brasileiros. Valorizado porque historicamente contribui com a educação e a cultura da população. Protegido porque não pode sofrer com mudanças políticas e ideológicas a cada troca de governo.

Referências

[1]. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 17/03/22.

[2]. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html> Acesso em 17/03/22.

[3]. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Uso de internet, televisão e celular no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html> Acesso em 17/03/22.

[4] BRASIL. Ministério das Comunicações. **MCom estabelece que celulares venham com FM habilitado**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/maio/mcom-estabelece-que-celulares-venham-com-fm-habilitado> Acesso em 17/03/22.

[5] BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Domicílios particulares**

permanentes, por posse de rádio. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD281> Acesso em 17/03/22.

[6] AMARAL, C. T. **Guia Moderno do Radioescuta.** Brasília/DF: Amazon, 2021.

[7] PACHECO, V. **Porque a Rádio AM é tão importante.** Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/notartigos/porque-a-radio-am-e-tao-importante.html> Acesso em 17/03/22.

[8] BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **Repórter Nacional: entenda a importância da Rádio Nacional da Amazônia para a região.** Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2017/08/40-anos-da-nacional-da-amazonia-entenda-importancia-da-radio-para-regiao> Acesso em 17/03/22.

[9] NETO, N. **O preço alto da internet via satélite Starlink: custo de implementação do serviço passa de R\$ 5.000,00.** Disponível em: <https://mundoconectado.com.br/videos/v/23203/o-preco-absurdo-da-internet-via-satelite-starlink> Acesso em 17/03/22.

[10] BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **Rádios EBC levam informações onde outras emissoras não alcançam.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-05/radios-ebc-levam-informacoes-aonde-muitas-outras-nao-alcancam> Acesso em 17/03/22.

PROPOSTA: Núcleo de produção de conteúdos para o para o público no exterior

Proponentes: Elida Albuquerque, Giselly Glads e Pedro Cardoso

1) Breve histórico

Em 27 de setembro de 2004, a partir do decreto 10302, o Brasil deu o primeiro passo para a criação de uma emissora de TV pública com foco e abrangência internacionais. A partir deste decreto, foi criado o Comitê Gestor para formulação de proposta de prestação de serviços de televisão para o exterior, no âmbito da Radiobrás. E foi em setembro do ano seguinte que entrou no ar a primeira experiência de uma emissora internacional: **TV Brasil Canal Integración**. A emissora, sediada em Brasília, tinha como o próprio nome sugere, a integração regional latinoamericana e promover notícias e produtos culturais do Brasil para o público estrangeiro.

A partir de 2010, o *Integración* foi substituído por outra emissora pública com foco ligeiramente distinto: a **TV Brasil Internacional**. Também sediada na capital do país, o novo canal buscava aproximar os brasileiros que radicados fora do país.

1.1) Canal Integración (a partir de 2007, TV Brasil - Canal Integración)

Emissora especializada em analisar e conhecer a América do Sul, foi uma parceria realizada pelos três poderes da República. Conformava, então, profissionais da extinta Radiobrás (poder Executivo), da TV Justiça, e das emissoras legislativas: TV Câmara e TV Senado.

Com uma grade de programação plural composta por produções brasileiras e de demais países sul-americanos levou aos telespectadores arte, turismo, biografias, música, cinema e debates. No jornalismo, a equipe da TV produzia noticiários, entrevistas exclusivas e coberturas especiais de temas relevantes da região nas áreas política, econômica e sociocultural. A TV Brasil Canal Integración esteve presente em mais de 20 países. Desde que começou a distribuir o sinal em 2006, mais de 350 operadores de TV por assinatura por todo continente sul-americano receberam autorização de captação e compartilhamento da programação. Foram feitas mais de 50 parcerias na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai, Venezuela entre outros.

1.2) TV Brasil Internacional

Nasceu em 2010 com a proposta de ser um elo entre os milhões de emigrantes brasileiros que vivem mundo afora com a identidade brasileira. A programação buscou conectar os emigrantes com seus familiares, procurou fortalecer a identidade linguística com ênfase, inclusive, em conteúdos infantis e, no âmbito jornalístico atualizava os telespectadores com as principais notícias do Brasil.

Com base nessas experiências passadas, se propõe um resgate, mas também uma atualização do que será o novo **NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O EXTERIOR**. Ele terá uma linha editorial mais robusta, com foco na América do Sul e nos emigrantes brasileiros. Seus conteúdos serão diversificados, em diferentes idiomas (português, espanhol, inglês, francês...), colaborativos e comprometidos com a integração regional. Esse núcleo responde a uma necessidade de uma **política de estado** efetiva de integração e divulgação de conteúdos jornalísticos, culturais e de entretenimento produzidos no Brasil para estrangeiros e para brasileiros que vivem no exterior. Mas também busca ser um elo para troca de conteúdos produzidos por parceiros no exterior e para exibição e distribuição em nosso país.

2) Justificativa

As democracias avançadas em todo o mundo dispõem de sistemas públicos de comunicação que promovem o acesso à informação, à pluralidade de ideias, diversidade no debate público e garantem à população o acesso a um dos direitos humanos fundamentais, já reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): a **comunicação**. A partir disso, os países promovem sua identidade ao mundo, divulgam notícias para outros públicos e aproximam pessoas de diversos países aos seus costumes, suas qualidades, sua realidade.

Com base nessa premissa, países como Reino Unido, Rússia, China, Japão, Espanha, EUA, dentre outros, investem em conteúdos em língua estrangeira para distribuição em outros países. Além de abrir espaço em novos mercados, impactam na imagem institucional desses países, além dos impactos no turismo e na economia. Por isso, elaboramos nossa proposta dentro do eixo **b) conteúdo e diversidade**, pois o núcleo que propomos tem como premissa produzir conteúdos para público exterior, promovendo a diversidade regional, de gênero e étnica que formam a cultura brasileira.

Também é importante salientar que o núcleo está de acordo com as normas de gestão, estrutura e participação democrática que pressupõe uma empresa pública de comunicação. Além, é claro, de promover as boas práticas de desenvolvimento e sustentabilidade em seus conteúdos distribuídos aos outros países.

3) Núcleo de Produção de Conteúdos para o Exterior

A proposta que apresentamos é que este novo núcleo tenha 3 eixos fundamentais:

1º) criação e distribuição de conteúdos sobre o Brasil em diversos idiomas, com foco nas regiões e países que se deseja promover a integração; 2º) criação e distribuição de

conteúdos sobre o Brasil em português, com foco nos brasileiros que vivem no exterior; e

3º) intercambiar conteúdos com outras emissoras ou produtores parceiros, para exibir e distribuir para o público brasileiros no país, principalmente no que diz respeito aos países latinoamericanos.

3.1) Composição

Será necessário fazer um arranjo de força de trabalho que permita ao núcleo produzir com qualidade, celeridade e responsabilidade. Os profissionais requeridos para compor a equipe serão, em um primeiro momento, os seguintes: - jornalistas

- tradutores(as)
- locutores(as) bilíngues
- editores(as) de imagem
- produtores(as)
- animador(a)

Com essa configuração entende-se que o núcleo possa funcionar e produzir os conteúdos esperados. Todos os profissionais, bem como os gestores do núcleo, devem ser de profissionais concursados, a serem definidos através de processo seletivo interno.

3.2) Formatos produzidos

As experiências anteriores que tivemos com conteúdo internacional foram no formato de emissoras de televisão, com grade e programação regular emitidas via satélite. Infelizmente, ao longo dos anos, todos os contratos foram rescindidos e o sinal da TV Brasil atualmente não está em nenhuma operadora de TV por satélite ou cabo em nenhum país. Mas como mencionamos anteriormente, propomos uma atualização na forma de divulgação e distribuição de conteúdos. A seguir, as sugestões de formatos que o núcleo se propõe a produzir:

- produção diária de boletim em outros idiomas para envio a emissoras públicas parceiras em outros países;
- produção semanal de um programa de 26" com foco nas notícias e curiosidades culturais do Brasil (a exemplo do Camarote.21, da DW), em até dois idiomas estrangeiros;
- Conteúdos curtos não-factuais para canal no Youtube e/ou Instagram e distribuição em lista de aplicativos de mensagens, como Whatsapp e Telegram (a exemplo da BBC News Mundo en Español, RT Noticias en Español, Ahí Les Va), em português e até dois idiomas

estrangeiros;

- Produção semanal de podcast com notícias do Brasil para brasileiros residentes no exterior; e

- Tradução e legendagem para português de conteúdos obtidos através de parceiros no exterior.

4) Conclusão

Com a proposta do novo núcleo, busca-se recuperar o protagonismo dos conteúdos públicos brasileiros no exterior. Com a extinção da TV Brasil Internacional, o país ficou com uma lacuna em sua política exterior de divulgação e distribuição de notícias e conteúdos culturais para outros países. Com o núcleo ativo e capaz de produzir seus conteúdos, novas oportunidades de distribuição e de formatos podem e vão surgir para que o Brasil possa promover sua identidade no mundo, intercambiar conteúdo e resgatar a integração regional e estreitar laços históricos com países em todo o planeta.

Proposta para o Seminário Reconstroi EBC

Nome:

Samantha Ribeiro

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC -Rio e Radialista na EBC

Eixo 2 – Conteúdo e Diversidade

Tema/subtema da proposta: Re-inserção da produção artística independente, audiovisual e radiofônica, nacional e internacional, nas grades de programação dos veículos EBC.

Diagnóstico da questão/situação/problema:

Um dos principais eixos impulsionadores da diversidade nas grades de programação dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação foi a relação estabelecida pela EBC com a produção audiovisual e radiofônica independente.

Filmes de longa, média e curta metragens, obras seriadas de dramaturgia, animação ou documentais, para público adulto, infanto-juvenil e infantil, realizados por produtoras independentes, ocupavam espaço significativo nas grades dos veículos, trazendo ao alcance do público conteúdos que a produção própria da EBC não produzia.

Foram inúmeros os casos de sucesso: as séries infantis de animação e dramaturgia "Show da Luna", "Peixonauta", "Meu Amigãozão" e "Detetives do Prédio Azul"; a série radiofônica "Blim Blem Blom"; as séries documentais "O dia que durou 21 anos", "Advogados e Militares pela democracia", "Visceral Brasil - As Veias Abertas da Música"; a produção indígena realizada com o suporte da produtora Vídeo nas Aldeias, ciclos de filmes representativos dos grandes movimentos e realizadores cinematográficos nacionais; a produção histórica e contemporânea de curtas e médias-metragens. A lista é realmente infinita.

A interação institucional da EBC com a produção independente nacional e internacional era orientada pela política de exibição estabelecida pelo Conselho Curador e se dava por meio de editais para contratação de produção ou coprodução de conteúdos artísticos, aquisição direta de obras finalizadas, convênios e parcerias com diversas instituições para realização e veiculação dos mais variados tipos de obras audiovisuais e radiofônicas. Essas relações estabelecidas pela EBC com outras TVs e Rádios públicas, nacionais e estrangeiras, o Fundo Ibermedia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a ANCINE - sublinhando aqui a especial relevância dos produtos oriundos da linha de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual para as TVs públicas - foram, sem dúvidas, um avanço na política de atuação conjunta entre a produção audiovisual e radiofônica independente e a comunicação pública no Brasil, nos moldes adotados por instituições similares mundo afora (RAI, BBC, INCAA, TV 5, RTP etc).

Havia também o cuidado quanto à NÃO aquisição de produtos produzidos por outras empresas de radiodifusão comercial nacional - o que inclusive, segundo a regulamentação do

setor, descaracteriza a produção como "independente" - justamente para evitar reproduzir nos veículos da comunicação pública, conteúdos veiculados pelas grandes redes comerciais de Rádio e TV, o que acontece atualmente com a exibição de novelas produzidas por emissora comercial na TV Brasil.

Os conteúdos de produção independente eram contratados a partir de uma política que buscava promover a inclusão e a multiplicidade étnica, religiosa, geográfica e de gênero, e conferiam enorme capilaridade e diversidade às grades de programação dos veículos da EBC.

No entanto, com a extinção do Conselho Curador, a partir de meados de 2016, a aquisição e coprodução desses conteúdos foram deliberadamente descaracterizadas e descontinuadas.

Proposta/Sugestão:

- Recriação do Conselho Curador da EBC, instância que reconfigura o caráter público da empresa, com ampla representação dos segmentos da sociedade brasileira.
- Recriação do Comitê de Programação formado não apenas pelos diretores executivos, mas também por membros do corpo funcional efetivo da empresa, com comprovada especialidade em produção artística para rádio e TV.
- Restabelecimento da política de coprodução e aquisição de conteúdo de produção independente, orientada para garantir a pluralidade e a diversidade étnica, geográfica, religiosa e de gênero nas grades dos veículos EBC, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho Curador e operacionalizados pelo Comitê de Programação;
- Retomada das tratativas junto à ANCINE e demais instituições parceiras, como o Fundo IBERMEDIA, a CPLP, as TVs e rádios estaduais, municipais e comunitárias, para a celebração de acordos de parceria e cooperação com vistas à produção e difusão de conteúdos audiovisuais e radiofônicos;
- Retomada da elaboração de editais para contratação de co-produção e distribuição de conteúdos, em conjunto com as linhas de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual;
- Restabelecimento do fluxo de contratação de conteúdo artístico audiovisual e radiofônico de produção independente, com base na política de aquisição estabelecida pelo Conselho Curador e mediante aprovação pelo Comitê de Programação.